



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 177/2026**  
**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à construção de banheiros públicos no Ginásio Municipal de Barrolândia – TO, incluindo todos os serviços, materiais, equipamentos, mão de obra, encargos e demais insumos necessários, conforme Projeto Básico, Termo de Referência, Memorial Descritivo, Orçamento Detalhado e demais peças técnicas que integram o processo administrativo.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**

DIA 13 de MARÇO de 2026 ÀS 09:00

**ABERTURA DA SESSÃO DO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO:**

DIA 13 de MARÇO de 2026 ÀS 09:00

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

MENOR PREÇO GLOBAL

**VALOR ESTIMADO:** R\$ 298.322,77 (duzentos e noventa e oito mil e trezentos e vinte e dois reais e setenta e sete centavos)

NÃO HAVENDO EXPEDIENTE NA DATA SUPRACITADA, A DATA LIMITE PARA ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS, BEM COMO A DATA PARA A SESSÃO DO CONCORRÊNCIA FICARÁ PRORROGADA PARA O PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE, NOS MESMOS HORÁRIOS.

**SITE PARA REALIZAÇÃO DA CONCORRÊNCIA:** WWW.LICITANET.COM.BR

**CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:** NA INTERNET, NOS SITES: WWW.LICITANET.COM.BR HTTP://WWW.BARROLANDIA.TO.GOV.BR, OU NA SALA DE LICITAÇÕES, NO ENDEREÇO: AVENIDA BERNARDO SAYÃO, S/N, CENTRO, BARROLÂNDIA – TO NO HORÁRIO COMERCIAL (07:00H ÀS 13:00H), DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA.

**ESCLARECIMENTOS:** E-MAIL: [licitacao@barrolandia.to.gov.br](mailto:licitacao@barrolandia.to.gov.br) OU TELEFONE (63) 3376-1153.

**O Município de Barrolândia - TO,** torna público que realizará **LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, NA FORMA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, sob o **REGIME DE EXECUÇÃO POR EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, nos termos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, demais normas aplicáveis, e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

As obras previstas neste Edital, serão executados de acordo com as especificações e quantitativos estimados, constantes dos documentos a seguir mencionados, independentemente suas transcrições totais ou parciais, e deverão ser rigorosamente obedecidos na apresentação da documentação e elaboração das propostas:

- a) Projeto Básico – Termo de Referência.
- b) Planilha orçamentária referencial;
- c) Projetos;
- d) Cronograma;
- e) PLE

A CONCORRÊNCIA será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos pelo (a) Agente de Contratação do Município de Barrolândia – TO e Equipe, legalmente designados pela Portaria nº 023/2024, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a “Plataforma LICITANET – Licitações On-Line” constante da página eletrônica [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

## 1. OBJETO

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à construção de banheiros públicos no Ginásio Municipal de Barrolândia – TO, incluindo todos os serviços, materiais, equipamentos, mão de obra, encargos e demais insumos necessários, conforme Projeto Básico, Termo de Referência, Memorial Descritivo, Orçamento Detalhado e demais peças técnicas que integram o processo administrativo.

- 1.1 Na execução dos serviços o licitante deverá seguir obrigatoriamente as normas e especificações constantes no Edital e seus anexos, bem como respeitar rigorosamente as recomendações Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- 1.2 O prazo máximo para execução dos serviços será de 90 (noventa) dias corridos, conforme cronograma físico-financeiro aprovado, contados a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços.
- 1.3 Havendo necessidade o contrato poderá ser prorrogado nos termos da Lei Federal 14.133/2021.

## 2. DA MODALIDADE, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS CONDIÇÕES GERAIS

2.1 A presente licitação será realizada na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma eletrônica, nos termos do art. 28, inciso II, c/c art. 29, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto e a necessidade de assegurar ampla competitividade, isonomia entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

2.2 O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do art. 33, inciso I, c/c art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/2021, observadas as exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência, no Projeto Básico e nos demais documentos integrantes do certame.

2.3 A licitação será processada sob o regime de execução por EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, nos termos do art. 46, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sendo o pagamento realizado por medições, de acordo com as etapas efetivamente executadas, conforme cronograma físico-financeiro aprovado.

2.4 O desconto resultante do valor do lance ofertado pelo licitante deverá incidir linearmente sobre todos os itens da planilha orçamentária estimativa, de caráter referencial, anexa a este Edital, preservando-se a proporcionalidade dos custos.

2.5 O modo de disputa será o ABERTO, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2.6 O valor estimado da licitação é de R\$ 298.322,77 (duzentos e noventa e oito mil, trezentos e vinte e dois reais e setenta e sete centavos), conforme planilha orçamentária detalhada, parte integrante deste Edital.

2.7 A sessão pública da Concorrência Eletrônica será realizada por meio da plataforma LICITANET, no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br>, na data e nos horários indicados no preâmbulo deste Edital, observando-se, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília/DF.

## 3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2026, cuja classificação é a seguinte:

03.11.16.482.001.1.092/ 44.90.51/ 1.700.0000/1.500.0000

## 4. DO ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO (LICITANET)

4.1 Os documentos que integram o Edital poderão ser consultados na plataforma [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br); e portal da Transparência do Município de Barrolândia – TO - [WWW.BARROLANDIA.TO.GOV.BR](http://WWW.BARROLANDIA.TO.GOV.BR), ou no setor de licitação do Município.

## **5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

- 5.1** 5.1 A impugnação ao edital deverá ser realizada exclusivamente por meio eletrônico, através do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), sendo facultado a qualquer pessoa impugnar este Edital até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.2**
- 5.3** 5.2 Apresentada a impugnação, esta será respondida ao interessado, com a devida publicidade no site oficial do Município de Barrolândia – TO e na plataforma LICITANET, conforme disposto no parágrafo único do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.4**
- 5.5** 5.3 Compete à empresa interessada examinar cuidadosamente o Edital, seus anexos e documentos integrantes, cabendo-lhe apresentar tempestivamente eventuais impugnações ou pedidos de esclarecimentos, nos prazos e condições previstos neste Edital e na legislação aplicável.
- 5.6**
- 5.7** 5.4 Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pela Procuradoria Jurídica do Município e pelos responsáveis pela elaboração do Edital e demais documentos técnicos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de seu recebimento.
- 5.8**
- 5.9** 5.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 5.10**
- 5.11** 5.6 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser encaminhados ao Agente de Contratação exclusivamente por meio eletrônico, através do sistema LICITANET, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para a abertura da sessão pública.
- 5.12**
- 5.13** 5.7 O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de seu recebimento, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos demais documentos.
- 5.14**
- 5.15** 5.8 As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem, em regra, os prazos previstos no certame, salvo quando concedido efeito suspensivo de forma excepcional e devidamente motivada pelo Agente de Contratação.
- 5.16**
- 5.17** 5.9 A concessão de efeito suspensivo à impugnação constitui medida excepcional e deverá ser expressamente motivada pelo Agente de Contratação, com registro nos autos do processo licitatório, nos termos do parágrafo único do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

## **6. DO CREDENCIAMENTO**

- 6.1** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Portal: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).
- 6.2** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização, junto ao Portal: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).
- 6.3** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame na forma eletrônica.
- 6.4** O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.5** É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:
- 6.5.1** Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e

verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

- 6.5.2** Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 6.5.3** Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- 6.5.4** Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar da Concorrência na forma eletrônica; e
- 6.5.5** Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio

## **7. DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME E DA GARANTIA DE PROPOSTA**

7.1 Poderá participar desta licitação qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País, que atenda às exigências deste Edital e de seus Anexos, esteja devidamente credenciada no sistema eletrônico, munida de chave de identificação e senha, cujo objeto social seja compatível com o objeto do certame e que satisfaça integralmente as condições aqui estabelecidas.

7.2 Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação, os interessados que se enquadrem em qualquer das seguintes hipóteses:

7.2.1 não atendam às condições deste Edital e de seus Anexos;

7.2.2 estrangeiros que não possuam representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.2.3 enquadrem-se nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

7.2.4 estejam em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

7.2.5 estejam impedidos ou suspensos de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente;

7.2.6 instituições sem fins lucrativos quando incompatível com a natureza do objeto, nos termos do art. 15, §3º, da Lei nº 14.133/2021;

7.2.7 sejam sociedades cooperativas, tendo em vista que a natureza do objeto exige execução contínua, responsabilidade técnica individualizada e vínculo direto entre a empresa executora e os profissionais responsáveis, mostrando-se incompatível com o regime de trabalho cooperado, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021;

7.2.8 participem em regime de consórcio.

Justificativa da vedação ao consórcio: a natureza do objeto não demanda a conjugação de capacidades técnicas, operacionais ou financeiras de múltiplas empresas, sendo plenamente executável por empresa individualmente considerada, conforme art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.9 possuam em seus quadros dirigentes, sócios, gerentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou agentes públicos do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias;

7.2.10 tenham participado da elaboração do Termo de Referência ou de projeto relacionado ao objeto da contratação;

7.2.11 mantenham vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com agente público que atue na licitação, gestão ou fiscalização do contrato, ou que sejam seus parentes até o terceiro grau;

7.2.12 sejam empresas controladoras, controladas ou coligadas, concorrendo entre si, nos termos da Lei nº 6.404/1976;

7.2.13 tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, nos últimos 5 (cinco) anos, por exploração de trabalho infantil, trabalho análogo ao de escravo ou contratação irregular de adolescentes.

## **7.3 DA GARANTIA DE PROPOSTA**

7.3.1 Será exigida garantia de proposta no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do art. 58, caput e §1º, da Lei nº 14.133/2021, equivalente a R\$ 2.983,22 (dois mil, novecentos e oitenta e três reais e vinte e dois centavos).

7.3.2 A garantia de proposta deverá possuir validade mínima compatível com o prazo de validade da proposta e será apresentada juntamente com a proposta comercial, sob uma das modalidades legalmente admitidas, previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

7.3.3 A garantia de proposta será devolvida aos licitantes não vencedores após a homologação do certame, e ao licitante vencedor após a assinatura do contrato, observado o disposto no art. 58, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

#### 7.3.4 JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA

A exigência de garantia de proposta, no percentual de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, encontra fundamento no art. 58, caput e § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Trata-se de contratação de obra de engenharia com escopo definido e cronograma físico-financeiro previamente estabelecido, cuja execução demanda planejamento adequado, capacidade econômico-financeira mínima e comprometimento efetivo dos licitantes.

A garantia de proposta tem por finalidade:

- a) assegurar a seriedade das propostas apresentadas, mitigando o risco de desistências injustificadas;
- b) proteger o interesse público, evitando atrasos na contratação;
- c) conferir maior segurança e estabilidade ao procedimento licitatório;
- d) estimular a participação de licitantes efetivamente aptos à execução do objeto.

O percentual adotado mostra-se razoável, proporcional e compatível com a natureza do objeto, não restringindo a competitividade e atendendo aos princípios da legalidade, razoabilidade e interesse público.

## 8. DA DISPUTA E DA CONDUÇÃO DO CERTAME

**8.1** Os licitantes encaminharão a proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no endereço: <https://licitanet.com.br>, observadas as condições e prazos estabelecidos neste Edital.

**8.2** A proposta deverá ser apresentada de forma **anônima**, sendo vedada qualquer identificação do licitante em seu conteúdo, sob pena de **desclassificação**, em observância aos princípios da isonomia e do julgamento objetivo.

**8.3 O fornecedor enquadrado como microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou sociedade cooperativa deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 do referido diploma legal, observado o disposto nos §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.**

**8.3.1** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento do licitante no certame, relativamente ao respectivo item.

**8.3.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas implicará a renúncia ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, ainda que o licitante se enquadre como ME, EPP ou sociedade cooperativa.

**8.4** Nesta etapa do certame não será estabelecida ordem de classificação entre as propostas apresentadas, a qual somente ocorrerá após a fase de lances e, quando cabível, de negociação.

**8.5** Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

**8.6** O licitante é inteiramente responsável por todas as transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e lances, bem como pelo acompanhamento das operações durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes da perda de negócios em razão da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**8.7** A operacionalização do certame ocorrerá exclusivamente por meio do Portal [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), mediante utilização de senha pessoal e intransferível do representante devidamente credenciado.

**8.8 Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação durante a fase de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos normalmente.**

**8.9** Caso a desconexão do Agente de Contratação persista por período superior a **10 (dez) minutos**, a sessão será suspensa e reiniciada posteriormente, com o aproveitamento dos atos já praticados, mediante comunicação expressa aos participantes no sistema eletrônico.

**8.10** Quando a desconexão caracterizar interrupção irreversível do certame, ou impossibilitar a retomada da fase de lances, a sessão será encerrada definitivamente, com a consequente renovação do procedimento, inclusive com nova publicação do aviso de licitação.

**8.11** A eventual desconexão do licitante não prejudicará a realização do certame, cabendo-lhe a responsabilidade de providenciar imediatamente sua reconexão ao sistema.



**8.12** Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e os licitantes ocorrerá exclusivamente por meio do chat do sistema eletrônico, sendo vedada a utilização de qualquer outro meio de comunicação.

**8.13** O Agente de Contratação procederá à análise das propostas apresentadas, desclassificando, de forma motivada e registrada no sistema eletrônico, aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos neste Edital.

**8.14** Somente os licitantes com propostas regularmente cadastradas participarão da fase de lances.

## **9. DO ENVIO DA PROPOSTA**

**9.1** Após a divulgação do edital, os licitantes deverão encaminhar **proposta inicial**, com valores expressos em moeda corrente nacional (Real), adotando-se o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do sistema eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), quando se encerrará automaticamente a fase de recebimento das propostas.

**9.1.1** As propostas deverão possuir validade mínima de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura das propostas de preços.

**9.2 No momento do envio da proposta, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, sob sua inteira responsabilidade, que:**

**9.2.1** está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, cumprindo plenamente os requisitos de habilitação exigidos;

**9.2.2** inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente certame, obrigando-se a declarar a superveniência de fatos dessa natureza;

**9.2.3** não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e do art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021;

**9.2.4** não possui, em sua cadeia produtiva, empregados submetidos a trabalho degradante ou forçado, em observância aos arts. 1º, incisos III e IV, e 5º, inciso III, da Constituição Federal;

**9.2.5** a proposta foi elaborada de maneira independente, nos termos da legislação vigente.

**9.3** As declarações prestadas eletronicamente serão visualizadas pelo Agente de Contratação na fase de habilitação e juntadas aos autos do processo administrativo, dispensado o envio por e-mail ou outro meio, salvo quando expressamente solicitado pela Administração.

**9.4** A prestação de declaração falsa sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas neste Edital e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização penal cabível, nos termos do art. 299 do Código Penal e dos arts. 337-E e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**9.5** Até a abertura da sessão pública, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada no sistema eletrônico.

**9.6** A apresentação da proposta implica aceitação plena, irrevogável e irretratável de todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

**9.7** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital e de seus Anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

**9.8** O preço global ofertado será de exclusiva responsabilidade do licitante, devendo contemplar todos os custos necessários à perfeita execução do objeto, **ressalvada a possibilidade de saneamento de erros formais**, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

**9.9** A omissão de qualquer despesa necessária à execução do objeto será interpretada como já incluída no preço proposto, não sendo admitido pleito posterior de acréscimo, salvo hipóteses legalmente previstas.

**9.10** A proposta deverá considerar a tributação efetivamente incidente durante a execução contratual, conforme o regime tributário do licitante.

**9.11** A proposta deverá ser apresentada de forma **anônima**, sendo vedada qualquer identificação direta ou indireta do licitante em seu conteúdo ou anexos, sob pena de desclassificação.

**9.12** As propostas e eventuais anexos permanecerão disponíveis no sistema eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

## **10. DA ETAPA DE LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**10.1** Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar **lances públicos, sucessivos e decrescentes**, com critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do valor registrado de cada lance e do respectivo horário.

**10.2** Durante a sessão pública, os licitantes terão acesso, em tempo real, ao valor do **menor preço global** registrado, permanecendo em sigilo a identificação do ofertante, nos termos do sistema eletrônico.

**10.3** Será permitida a apresentação de **lances intermediários**, entendidos como aqueles **superiores ao menor lance registrado e inferiores ao último lance ofertado pelo próprio licitante**, conforme regras do sistema eletrônico.

**10.4** Não será admitida a desistência de lances após a abertura da etapa competitiva, sujeitando-se o licitante desistente às sanções previstas neste Edital e na legislação aplicável.

**10.5** Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá, **mediante decisão motivada**, excluir lance cujo valor seja manifestamente inexecuível, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**10.6** O modo de disputa adotado será o **ABERTO**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com apresentação de lances públicos e sucessivos.

**10.7** A etapa de envio de lances terá duração inicial de **10 (dez) minutos** e será automaticamente prorrogada pelo sistema sempre que houver lance ofertado nos **02 (dois) minutos finais** do período em curso.

**10.8** Cada prorrogação automática será de **02 (dois) minutos**, ocorrendo sucessivamente enquanto houver novos lances nesse intervalo, inclusive lances intermediários.

**10.9** Na ausência de novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente pelo sistema eletrônico.

**10.10** Excepcionalmente, o Agente de Contratação, devidamente assessorado pela equipe de apoio e **mediante justificativa formal**, poderá admitir o reinício da etapa de lances, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

**10.11** Encerrada a etapa de lances, o sistema eletrônico ordenará automaticamente os lances apresentados, em ordem crescente de valores.

**10.12** Encerrada a etapa competitiva, o Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, **contraproposta ao licitante melhor classificado**, com vistas à obtenção de condições mais vantajosas, vedada a negociação em desacordo com as regras deste Edital, nos termos do art. 61, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**10.13** Aplicar-se-á o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto ao empate ficto, conforme segue:

**a)** Caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por ME ou EPP, e havendo propostas dessas empresas com valores até **5% (cinco por cento)** superiores ao melhor preço, a ME ou EPP melhor classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior, no prazo de **05 (cinco) minutos**, sob pena de preclusão;

**b)** Não exercido o direito pela ME ou EPP convocada, o sistema chamará automaticamente as remanescentes, na ordem de classificação, para exercício do mesmo direito.

**10.14** Persistindo empate entre duas ou mais propostas, o desempate ocorrerá conforme os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, observada a seguinte ordem de preferência, quando aplicável:

I – bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

II – bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no País;

III – demais critérios legais aplicáveis.

**10.15** O licitante melhor classificado será convocado para **reelaborar e apresentar a proposta final adequada ao lance vencedor**, exclusivamente por meio eletrônico, no prazo máximo de **02 (duas) horas**, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

**10.16** Será declarada vencedora a licitante que **atender integralmente às exigências deste Edital** e apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL**, após a aceitação da proposta pelo Agente de Contratação.

**10.17** As propostas poderão ser desclassificadas, até a assinatura do contrato, mediante decisão fundamentada, caso sejam constatados fatos supervenientes que comprometam a idoneidade, a capacidade técnica, jurídica, fiscal ou econômico-financeira do licitante, sem direito a indenização.

## **11. DA ANÁLISE DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA EXEQUIBILIDADE**

**11.1** A licitante vencedora deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), no prazo máximo de **02 (duas) horas**, contado da convocação após a arrematação, a **proposta de preços final**, adequada ao lance vencedor, podendo os documentos ser anexados em quantos arquivos forem necessários, contendo, no mínimo:

**11.1.1** planilhas orçamentárias com a indicação dos quantitativos e dos custos unitários e totais;

**11.1.2** cronograma físico-financeiro e critérios de pagamento;

**11.1.3** detalhamento do **BDI/LDI** e dos **Encargos Sociais**, quando aplicável.

**11.2** As planilhas orçamentárias e de composição do BDI/LDI deverão apresentar valores com **duas casas decimais**, observada a coerência aritmética entre preços unitários e totais, vedadas divergências decorrentes de arredondamentos indevidos.

**11.2.1** Os preços unitários e globais apresentados deverão ser **iguais ou inferiores aos valores constantes do orçamento estimado da Administração**, integrante do processo licitatório.

**11.3** Para a composição do BDI/LDI, os licitantes deverão observar as diretrizes do **Acórdão nº 2.622/2013 – TCU – Plenário**, bem como a legislação vigente aplicável.

**11.3.1** Caso sejam adotados percentuais de BDI/LDI fora dos parâmetros indicados pelo Tribunal de Contas da União, o licitante deverá apresentar **justificativa técnica fundamentada**, demonstrando a adequação dos valores propostos.

**11.4** As empresas optantes por regime de desoneração da folha deverão apresentar **declaração informando o CNAE correspondente à atividade de maior receita**, relacionada ao objeto da licitação.

**11.5** Por motivo de força maior, devidamente justificado, caso o licitante não consiga encaminhar a documentação da proposta no prazo estabelecido, deverá comunicar o fato **dentro do prazo previsto no item 11.1**, para análise

da Administração.

**11.6 A proposta será desclassificada quando, após análise de conformidade, restar caracterizado que:**

- 11.6.1** contenha vícios insanáveis;
- 11.6.2** não atenda às especificações técnicas do instrumento convocatório;
- 11.6.3** apresente preço manifestamente inexequível ou superior ao orçamento estimado da contratação;
- 11.6.4** não tenha sua exequibilidade comprovada, quando exigido;
- 11.6.5** apresente desconformidade insanável com quaisquer exigências do Edital.

**11.7 O Agente de Contratação** poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta mais bem classificada ou exigir do licitante a sua demonstração, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

**11.8** Serão consideradas **inexequíveis** as propostas com valores inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, conforme disposto no **art. 59, §4º, da Lei nº 14.133/2021**.

**11.9** Será exigida **garantia adicional** do licitante vencedor cuja proposta seja inferior a **85% (oitenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, correspondente à diferença entre este valor e o da proposta apresentada, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, nos termos do **art. 59, §5º, da Lei nº 14.133/2021**.

**11.10** Será assegurada ao licitante a oportunidade de demonstrar a **exequibilidade da proposta**, considerando o preço global, os quantitativos e os preços unitários relevantes, bem como os custos dos insumos e os coeficientes de produtividade adotados.

**11.11** A análise de exequibilidade não considerará materiais, equipamentos ou serviços para os quais o licitante **expressamente renuncie à remuneração**, desde que tal renúncia não comprometa a execução adequada do objeto.

**11.12** Considerando o disposto no art. 59, §5º, da Lei nº 14.133/2021, propostas que apresentem **desconto superior a 15%** em relação ao orçamento estimado deverão, obrigatoriamente, apresentar **composição detalhada de custos**, considerando as peculiaridades locais e as condições de execução do objeto.

## 12.

### DA HABILITAÇÃO

**12.1** Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos após o julgamento das propostas, e exclusivamente do licitante mais bem classificado, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

A documentação de habilitação deverá ser encaminhada por meio do sistema eletrônico, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do Agente de Contratação, podendo este prazo ser prorrogado, de forma motivada, a critério da Administração.

#### 12.2 Da Habilitação Jurídica

Para comprovação da habilitação jurídica, o licitante deverá apresentar:

- 12.2.1 Registro comercial, no caso de empresário individual;
- 12.2.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- 12.2.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 12.2.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;
- 12.2.5 Comprovação de que o objeto social da licitante é compatível com o objeto da licitação;
- 12.2.6 Documento de credenciamento do representante legal com poderes para praticar atos no certame e assinar o contrato.

#### 12.3 Da Regularidade Fiscal e Trabalhista

- 12.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- 12.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN;
- 12.3.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, mediante Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa, ou Certidão de Não Contribuinte;
- 12.3.4 Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal da sede da licitante, mediante Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa, ou Certidão de Não Contribuinte;
- 12.3.5 Prova de regularidade com o FGTS, por meio do Certificado de Regularidade;
- 12.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante CNDT, nos termos da Lei nº 12.440/2011;
- 12.3.7 Quando o objeto for executado por filial, os documentos deverão ser apresentados tanto pela matriz quanto pela filial executora.

★ ME/EPP: será assegurado o tratamento diferenciado previsto na LC nº 123/2006, especialmente quanto à regularização fiscal.

#### 12.4 Da Habilitação Econômico-Financeira

##### 12.4.1 Demonstrações Contábeis

- 12.4.1.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigível, apresentados na



forma da lei;

12.4.1.2 Empresas constituídas no exercício corrente poderão apresentar balanço de abertura ou demonstrações do período;

12.4.1.3 ME/EPP poderão apresentar balanço simplificado ou documentos equivalentes, conforme regime jurídico;

#### 12.4.2 Índices Contábeis

Para habilitação, o licitante deverá apresentar os seguintes índices, todos iguais ou superiores a 1,00 (um):

- Liquidez Geral (LG)
- Liquidez Corrente (LC)
- Solvência Geral (SG)

Conforme fórmulas constantes do ANEXO V, acompanhadas das respectivas memórias de cálculo, assinadas pelo licitante e por contador habilitado.

♦ Vedação expressa: a não obtenção isolada de índice não implicará inabilitação automática, devendo a Administração proceder à análise motivada da capacidade econômico-financeira, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

#### 12.4.3 Relação de Compromissos Firmados (art. 69, §3º)

O licitante deverá apresentar declaração acompanhada de demonstrativo da relação de compromissos assumidos que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas, nos termos do art. 69, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

A análise observará critérios de proporcionalidade e razoabilidade, vedada qualquer forma de inabilitação automática.

#### 12.4.4 Certidão de Falência

Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com validade vigente ou emitida nos últimos 90 (noventa) dias.

### 12.5 Da Qualificação Técnica

#### 12.5.1 Capacidade Técnico-Operacional

- Registro da licitante no Conselho Profissional competente;
- Atestado(s) de capacidade técnica compatível com o objeto, devidamente registrados;
- Indicação do quadro técnico responsável (ANEXO IV).

#### 12.5.2 Capacidade Técnico-Profissional

- Profissional habilitado, pertencente ao quadro permanente;
- Comprovação por vínculo societário, trabalhista ou contratual;
- Substituição somente mediante aprovação da Administração.

#### 12.5.3 Declarações Complementares

- Declaração de disponibilidade de equipamentos (ANEXO II);
- Declaração de inexistência de fatos supervenientes (ANEXO VI);
- Consultas ao CEIS, CNEP, CNJ/Improbidade e TCU, admitida certidão consolidada.

♦ Importante: fica VEDADA a exigência de certidões em nome de sócios pessoas físicas com base na Lei nº 8.429/1992 (revogada), sob pena de nulidade.

### 12.6 Procedimentos Finais

12.6.1 Em caso de inabilitação do primeiro classificado, será convocado o licitante subsequente, observada a ordem de classificação;

12.6.2 O procedimento poderá ser repetido quantas vezes necessário, desde que a proposta esteja abaixo do orçamento estimado.

## 13 RECURSOS

**13.1** Divulgada a decisão da Comissão de Contratação, em face do ato de julgamento que declarar o vencedor do certame, o licitante que dela discordar poderá interpor **recurso administrativo**, por meio do sistema eletrônico, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data da **intimação da decisão**, a qual se dará por publicação no sistema eletrônico e, quando aplicável, na imprensa oficial, nos termos do **art. 165, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**.

**13.1.1** O prazo para apresentação de **contrarrrazões** será de **03 (três) dias úteis**, com início imediatamente após o término do prazo para interposição do recurso, em conformidade com o **§4º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021**.

**13.1.2** É assegurada aos licitantes a **vista dos elementos indispensáveis** à defesa de seus interesses, garantido o contraditório e a ampla defesa.

**13.2** Caso o Agente de Contratação **não exerça juízo de retratação**, o recurso será encaminhado à **Autoridade**

**Competente** para apreciação e decisão, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos, conforme dispõe o **§2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021**.

**13.3** O recurso e o pedido de reconsideração terão **efeito suspensivo** em relação ao ato ou à decisão recorrida, **até a prolação da decisão final** pela autoridade competente, nos termos da legislação vigente.

**13.4** Os autos do processo permanecerão com **vista franqueada aos interessados**, tanto por meio da plataforma eletrônica quanto na sede do Município, em dias úteis, no horário de **07h00min às 13h00min**, observadas as normas administrativas locais.

**13.5** O acolhimento do recurso importará na **invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento**, preservando-se aqueles que possam ser convalidados, nos termos da legislação aplicável.

**13.6** A impugnação ou o recurso interposto **em desacordo com as condições** estabelecidas neste Edital e em seus Anexos **não será conhecido**.

**13.7** Na contagem dos prazos previstos neste Edital e em seus Anexos, **considerar-se-ão exclusivamente os dias úteis** em que houver expediente no âmbito do Município.

## **ENCERRAMENTO, ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, PRAZOS E VIGÊNCIA**

**14.1** Finalizada a fase recursal e definido o resultado do julgamento, o procedimento licitatório será encerrado e encaminhado à **Autoridade Competente**, a quem caberá:

- a) determinar o retorno dos autos para **saneamento de irregularidades**, quando sanáveis;
- b) **anular** o procedimento, de ofício ou mediante provocação, quando constatada **ilegalidade insanável**;
- c) **revogar** o procedimento, por razões de conveniência e oportunidade, devidamente motivadas; ou
- d) **adjudicar o objeto e homologar a licitação**, em ato único, para posterior assinatura do contrato.

**14.2** A **recusa injustificada** do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará **descumprimento total da obrigação assumida**, sujeitando-o às **sanções administrativas cabíveis**, inclusive à **perda da garantia da proposta**, quando exigida, nos termos da legislação vigente.

**14.2.1** Na hipótese prevista no item anterior, será facultado ao **MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA – TO** convocar os **licitantes remanescentes**, na ordem de classificação, para a celebração do contrato **nas condições propostas pelo licitante vencedor**.

**14.2.2** Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nas condições previstas no subitem 14.2.1, a Administração poderá, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital:

I – convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para **negociação**, com vistas à obtenção de melhor condição, **ainda que superior ao valor do adjudicatário**, desde que compatível com o orçamento estimado; ou

II – adjudicar e celebrar o contrato **nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes**, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação.

**14.3** O **prazo de vigência do contrato** terá início no **dia subsequente ao da publicação do extrato do contrato** no Diário Oficial competente, nos termos do **§1º do art. 54 da Lei nº 14.133/2021**, e terá duração de **12 (doze) meses**.

**14.4** O prazo para execução total do objeto será de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de emissão da Ordem de Início dos Serviços.

**14.5** A **Ordem de Início dos Serviços** será emitida em até **30 (trinta) dias** após a publicação do contrato, salvo prorrogação devidamente justificada pelo **MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA – TO** e **expressamente anuída pela contratada**, com registro nos autos.

**14.6** As **Ordens de Paralisação**, quando devidamente justificadas e formalizadas nos autos, **suspenderão a contagem do prazo de execução**, que será retomada a partir da emissão da **Ordem de Reinício dos Serviços**.

**14.7** O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado, mediante justificativa formal e termo aditivo devidamente motivado, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, com registro nos autos.

**14.8** Na contagem dos prazos de vigência e execução previstos neste instrumento, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento**, conforme dispõe o art. 183 da Lei nº 14.133/2021.

**14.9** Os prazos previstos neste Edital e no Contrato **somente se iniciam e vencem em dias de expediente** no âmbito do **MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA – TO**.

**14.10** A **CONTRATADA** obriga-se a **acatar as determinações da fiscalização** da Prefeitura Municipal relativas à paralisação ou ao reinício das obras, quando devidamente justificadas, nos termos do contrato.

**14.12** A vigência contratual abrange o prazo de execução, o recebimento provisório e definitivo, bem como eventuais garantias e responsabilidades pós-execução

## **15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E DA GARANTIA ADICIONAL**

**15.1** A **CONTRATADA** prestará garantia para a execução do contrato no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, nos termos do art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021, cabendo-lhe manter a validade da garantia durante toda a vigência do contrato, acrescida de 06 (seis) meses, promovendo sua renovação ou reforço sempre que necessário.

## **15.2 DA GARANTIA ADICIONAL (ART. 59, §5º)**

15.2.1 Nos termos do art. 59, §5º, da Lei nº 14.133/2021, quando a proposta vencedora apresentar valor inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida da CONTRATADA garantia adicional, correspondente à diferença entre o valor orçado e o valor contratado.

15.2.2 A garantia adicional deverá ser prestada cumulativamente à garantia de execução prevista no item 15.1, antes da assinatura do contrato, como condição para sua formalização.

## **15.3 DAS MODALIDADES DE GARANTIA**

A garantia de execução e a garantia adicional poderão ser prestadas, à escolha da CONTRATADA, sob qualquer das seguintes modalidades:

I – Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, na forma do inciso I do §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021;

II – Fiança bancária, emitida por instituição financeira autorizada a funcionar no País, em favor do MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA – TO;

III – Seguro-garantia, mediante apólice emitida por seguradora autorizada pela SUSEP, em nome do MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA – TO, devendo cobrir, no mínimo, os riscos de inadimplemento e rescisão contratual.

## **15.4 DA DEVOLUÇÃO DA GARANTIA**

15.4.1 A garantia será restituída ou liberada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do art. 100 da Lei nº 14.133/2021, desde que não haja pendências contratuais.

## **15.5 DO REFORÇO E ATUALIZAÇÃO**

15.5.1 Havendo prorrogação de prazo ou acréscimo de valor contratual, a CONTRATADA deverá promover a atualização ou reforço da garantia, mantendo-se o percentual originalmente exigido.

## **16. DA FORMALIZAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**16.1** A adjudicatária será convocada formalmente pela Administração e terá o prazo de até **10 (dez) dias úteis** para assinar o instrumento contratual, conforme modelo constante do Anexo deste Edital.

**16.2** O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado **uma única vez**, por igual período, desde que solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e devidamente justificado, a critério da Administração.

**16.3** A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido implicará a aplicação das sanções previstas neste Edital e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da convocação dos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

**16.4** A execução das **obras e/ou serviços de engenharia** observará, além das disposições contratuais, as normas técnicas da **ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas**, as determinações da Administração Contratante e a legislação aplicável.

**16.5** A eventual tolerância da Administração quanto ao descumprimento, total ou parcial, de quaisquer obrigações contratuais pela contratada **não implicará novação, renúncia ou alteração das obrigações assumidas**, que permanecerão plenamente exigíveis.

**16.6** A produção, aquisição, transporte, armazenamento e guarda dos materiais necessários à execução do objeto contratual serão de **inteira responsabilidade da contratada**, salvo disposição contratual em contrário.

**16.7** O contrato reger-se-á pelas cláusulas nele estipuladas, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, bem como pela legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021, da qual decorrem os direitos, deveres e responsabilidades das partes.

**16.8** Os projetos, especificações técnicas, memoriais, planilhas e demais documentos integrantes do processo licitatório são **complementares entre si**, devendo ser interpretados de forma harmônica, de modo que eventuais omissões em um documento sejam supridas pelos demais, sem prejuízo da adequada execução do objeto.

**16.9** A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas no certame, bem como cumprir integralmente as **obrigações tributárias**, inclusive aquelas relativas ao **ISSQN**, conforme a legislação vigente e a competência do ente tributante.

**16.10** O contrato compreenderá a totalidade dos serviços necessários à execução do objeto, considerando-se os preços propostos pela licitante como  **finais**, abrangendo todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos, taxas e bonificações.

**16.11** A contratada deverá manter **preposto formalmente designado**, aceito pela Administração, no local da execução dos serviços ou em regime compatível com o objeto, para representá-la nas questões inerentes à execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**16.12** A contratada deverá instalar e manter, durante a execução dos serviços, **placas indicativas do empreendimento**, em local apropriado e conforme padrões definidos pela Administração, quando exigido.

## 17. DO PAGAMENTO E DAS MEDIÇÕES

17.1 Os pagamentos serão efetuados por meio de **medições periódicas**, correspondentes às etapas efetivamente executadas da obra, devidamente atestadas pela fiscalização do contrato. Os valores de cada medição serão apurados com base na **execução física dos serviços**, conforme o **cronograma físico-financeiro**, observados os itens previstos no **orçamento referencial da Prefeitura** e os **valores globais propostos pela empresa vencedora**, respeitado o regime de **empreitada por preço global**. Os percentuais relativos a **encargos sociais, custos administrativos, remuneração da contratada e despesas fiscais** encontram-se **embutidos nos preços contratados**, não sendo admitida sua incidência em separado.

### 17.2 Do Regime de Execução

A contratação será executada sob o regime de **empreitada por preço global**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo os serviços **medidos e pagos proporcionalmente às etapas efetivamente executadas**, de acordo com o cronograma físico-financeiro aprovado e as condições estabelecidas no contrato.

### 17.3 Do Atraso na Execução

O atraso injustificado na execução de qualquer etapa da obra sujeitará a contratada às **sanções administrativas e contratuais** previstas no Edital, no Contrato e na legislação vigente, sem prejuízo da aplicação de multas e demais penalidades cabíveis.

### 17.4 Do Reajuste de Preços

Os preços contratuais, expressos em moeda corrente nacional (Reais), serão **fixos e irrevogáveis pelo período mínimo de 12 (doze) meses**, contados a partir da **data da apresentação da proposta**.

Transcorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, mediante **solicitação formal da contratada**, com base na **variação acumulada do INCC – Índice Nacional de Custo da Construção**, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

O reajuste será apurado considerando-se a variação do índice entre o **mês da apresentação da proposta** e o **mês imediatamente anterior ao do reajuste**, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = P \times (INCC_1 / INCC_0)$$

Onde:

**R** = valor reajustado;  
**P** = valor originalmente pactuado;  
**INCC<sub>1</sub>** = índice correspondente ao mês imediatamente anterior ao reajuste;  
**INCC<sub>0</sub>** = índice correspondente ao mês da apresentação da proposta.

O reajuste, quando devido, será formalizado por **termo aditivo**, condicionado à **manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato**, à **disponibilidade orçamentária** e ao **interesse da Administração**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## 18. DOS ADITIVOS CONTRATUAIS

18.1 É vedada a celebração de termos aditivos ao contrato, ressalvadas exclusivamente as hipóteses admitidas pela Lei nº 14.133/2021, notadamente quando verificada uma das seguintes situações:

18.1.1 Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em decorrência de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente comprovados.

18.1.1.1 Não ensejarão recomposição do equilíbrio econômico-financeiro os eventos caracterizados como caso fortuito ou força maior passíveis de cobertura por seguros normalmente disponíveis no mercado brasileiro à época de sua ocorrência, quando tais riscos forem inerentes à atividade da contratada.

18.1.2 Necessidade de alteração do projeto ou das especificações, por iniciativa da Administração Pública, para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, desde que tais alterações não decorram de erros, falhas ou omissões imputáveis à contratada, observados os limites quantitativos e qualitativos previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

18.1.3 O julgamento pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL terá como referência o valor global fixado no instrumento convocatório, devendo eventuais termos aditivos manter o desconto percentual originalmente ofertado pela contratada.

18.1.4 Alterações decorrentes de necessidades técnicas supervenientes, tais como mudanças normativas, determinações de órgãos de controle ou indisponibilidade comprovada de materiais no mercado, poderão ensejar

acréscimos contratuais, desde que caracterizados como fatos supervenientes à apresentação da proposta e observados os limites legais.

18.1.5 A assinatura do contrato implica a concordância expressa da contratada quanto à adequação, compatibilidade e exequibilidade de todos os projetos, plantas, memoriais, orçamentos e estudos técnicos que integram o instrumento convocatório, não sendo admitidos acréscimos de valor contratual em razão de erros, falhas ou omissões existentes nesses documentos.

## **18.2 Da Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro**

18.2.1 A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato obedecerá rigorosamente aos pressupostos previstos na Lei nº 14.133/2021, devendo ser proporcional ao desequilíbrio efetivamente comprovado, cuja existência, causa e extensão deverão ser demonstradas pela parte interessada, seja a contratada ou a contratante, conforme o caso.

18.2.2 Verificada a ocorrência de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que alterem de forma relevante as condições econômicas fundamentais vigentes à época da assinatura do contrato, será assegurada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, para mais ou para menos, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021, mediante formalização por termo aditivo devidamente motivado.

## **19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause **grave dano ao MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA – TO**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação, sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

### **19.2 Das Sanções Administrativas**

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas, observada a gradação legal, as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021;
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do item 19.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do item 20.1, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", quando caracterizada a gravidade que justifique a imposição da penalidade mais severa, nos termos do art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021;
- d) **Multa**, nas seguintes modalidades:
  - I – **Moratória**, no percentual de **0,5% (zero vírgula cinco por cento) por hora de atraso injustificado**, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada ao máximo de **10% (dez por cento)**;
  - II – **Compensatória**, para as infrações previstas nas alíneas "a", "b" e "d" do item 19.1, no percentual de **5% (cinco por cento) a 8% (oito por cento)** do valor do contrato;
  - III – **Compensatória**, para as infrações previstas nas alíneas "e" a "h" do item 19.1, no percentual de **8% (oito por cento) a 10% (dez por cento)** do valor do contrato;
  - IV – **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do item 19.1, no percentual de **10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor do contrato.

### **19.3 Da Reparação do Dano e Cumulação de Sanções**

A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de **reparação integral do dano causado ao Contratante**, nos termos do art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021.

As sanções administrativas poderão ser **aplicadas cumulativamente com a multa**, conforme dispõe o art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

### **19.4 Do Processo Administrativo Sancionador**

Antes da aplicação de qualquer sanção, será assegurado ao contratado o **direito ao contraditório e à ampla defesa**, com prazo mínimo de **15 (quinze) dias úteis** para apresentação de defesa, contado da data de sua intimação, nos termos do art. 157 da Lei nº 14.133/2021.

A aplicação das sanções observará o **processo administrativo próprio**, especialmente o procedimento previsto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021, no caso das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de



inidoneidade.

### 19.5 Dos Critérios para Aplicação das Sanções

Na aplicação das sanções serão considerados, cumulativamente, os critérios previstos no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021, notadamente:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a existência de programa de integridade implementado ou aperfeiçoado, quando aplicável.

### 19.6 Das Infrações Correlatas à Lei Anticorrupção

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 serão **apurados e julgados conjuntamente**, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida legislação, nos termos do art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

### 19.7 Da Desconsideração da Personalidade Jurídica

A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática de atos ilícitos, ou para provocar confusão patrimonial, estendendo-se os efeitos das sanções aos administradores, sócios com poderes de administração, pessoa jurídica sucessora ou empresas do mesmo grupo econômico, observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatória análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 da Lei nº 14.133/2021.

### 19.8 Da Publicidade das Sanções

O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às penalidades aplicadas, para fins de publicidade no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS** e no **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, nos termos do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

### 19.9 Da Reabilitação

As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade são passíveis de **reabilitação**, na forma e nas condições previstas no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

### 19.10 Da Compensação de Débitos

Os débitos do contratado para com o **MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA – TO**, decorrentes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser **compensados**, total ou parcialmente, com créditos decorrentes deste ou de outros contratos administrativos mantidos com o mesmo órgão, nos termos da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022**.

## 20. VISITA TÉCNICA

**20.1** A visita técnica aos locais de execução da obra é facultativa, destinando-se ao pleno conhecimento das áreas e das condições em que os serviços serão executados, podendo ser realizada por representante formalmente indicado pelo licitante, com o acompanhamento de servidor público designado pela Administração.

**20.2** A visita técnica, quando realizada, deverá ser previamente agendada junto ao Setor de Licitações da Prefeitura, com antecedência mínima, e ocorrer até o último dia útil anterior à data de abertura das propostas.

**20.3** A realização ou não da visita técnica não exime o licitante da responsabilidade pelo pleno conhecimento das condições locais, sendo vedada, após a apresentação da proposta, a alegação de desconhecimento de fatos, condições, peculiaridades ou dificuldades relacionadas à execução do objeto.

**20.4** Independentemente da realização da visita técnica, o licitante deverá apresentar, para fins de qualificação técnica, declaração formal de que possui pleno conhecimento dos locais e das condições de execução da obra, bem como de que dispõe de pessoal qualificado, equipamentos e demais recursos necessários ao cumprimento das obrigações contratuais, conforme modelo constante do ANEXO II – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LOCAIS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, PESSOAL E EQUIPAMENTOS.

### 21.1 Do Planejamento Operacional

O planejamento operacional dos serviços objeto deste contrato, incluindo, mas não se limitando, às aquisições, contratações de mão de obra, obtenção de licenças e autorizações, sinalização, disponibilização de equipamentos, softwares e hardwares, instalações provisórias, bem como o fornecimento de todos os insumos necessários à execução dos serviços, é de **inteira responsabilidade da CONTRATADA**.

### 21.2 Do Monitoramento e Controle da Execução

**21.2.1** Compete à CONTRATADA fornecer à CONTRATANTE, **no mínimo mensalmente**, informações atualizadas e suficientes que permitam o adequado acompanhamento, monitoramento e controle da execução integral do contrato.

**21.2.2** Na ocorrência de qualquer desvio que possa impactar o prazo de execução da obra, o **MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA – TO** deverá ser comunicado **imediatamente**, acompanhado de **plano de ação corretivo**, não sendo necessário aguardar o período de atualização mensal.

**21.2.3** As informações encaminhadas mensalmente serão analisadas pela CONTRATANTE, que verificará sua coerência com o contrato, o cronograma físico-financeiro e os critérios técnicos estabelecidos, sendo que **somente os serviços devidamente atestados pela fiscalização** poderão ser objeto de medição e pagamento.

**21.2.4** Todo e qualquer atraso injustificado na execução contratual sujeitará a CONTRATADA à aplicação das **sanções administrativas e contratuais** previstas no Edital, no Contrato e na legislação vigente.

**21.2.5** Na hipótese de avanço no cronograma físico da obra, o **adiantamento de parcelas financeiras somente poderá ocorrer** mediante **solicitação formal da CONTRATADA**, precedida de autorização expressa da CONTRATANTE e da **aprovação de novo cronograma físico-financeiro**, devidamente justificado, vedado qualquer pagamento antecipado sem a correspondente execução dos serviços.

### **21.3 Da Equipe Técnica e Administrativa**

**21.3.1** O Engenheiro Responsável Técnico indicado na proposta vencedora deverá **atuar efetivamente na execução da obra**, respondendo tecnicamente pelos serviços contratados.

**21.3.2** A eventual substituição do profissional responsável técnico somente será admitida mediante **comunicação formal e prévia à CONTRATANTE**, devidamente justificada e condicionada à **aprovação da Administração**, devendo o substituto possuir qualificação técnica equivalente ou superior.

**21.3.3** A CONTRATADA obriga-se a manter, no local de execução das obras, o responsável técnico indicado ou a fazer-se representar por **profissional legalmente habilitado**, devidamente registrado no conselho profissional competente, com poderes para dar fiel cumprimento ao contrato.

**21.3.4** A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos** a contar do recebimento da **Ordem de Serviço (OS)**, a respectiva **Anotação de Responsabilidade Técnica – ART**, devidamente registrada no conselho profissional competente.

**21.3.5** Os serviços de **administração local da obra** serão remunerados de forma proporcional ao **avanço físico-financeiro**, conforme o cronograma aprovado, de modo a assegurar a adequada gestão, o controle e o ritmo programado de execução da obra.

## **22. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**22.1** Todas as referências de tempo citadas neste Edital e em seus Anexos, no Aviso da licitação e durante a Sessão Pública, **observarão obrigatoriamente o horário oficial de Brasília/DF**, sendo assim registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**22.2** As atas das sessões públicas serão **geradas eletronicamente** após o encerramento da sessão pelo **Agente de Contratação**.

**22.2.1** Das atas das sessões públicas deverão constar, no mínimo, o registro das licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação da(s) vencedora(s) e da eventual interposição de recursos.

**22.2.2** Os demais atos praticados no âmbito do procedimento licitatório serão devidamente **registrados e juntados aos autos do processo administrativo**.

**22.3** A licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e em seus Anexos, pois a simples apresentação da **proposta** implica **aceitação plena, irrevogável e incondicional** de todas as suas cláusulas e condições, independentemente de transcrição, bem como o reconhecimento de que possui pleno conhecimento do objeto licitado, **não sendo admitida alegação posterior de desconhecimento** de quaisquer de seus aspectos.

**22.3.1** Em caso de eventual divergência entre o Edital e seus Anexos, prevalecerão as disposições do Termo de Referência e do Projeto Básico, que integram o presente instrumento para todos os fins.

**22.4** A licitante é responsável pela **veracidade, fidelidade e legitimidade** das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará a **imediata desclassificação da licitante**, ou, se vencedora, a **rescisão do contrato**, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

**22.5** O **MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA – TO** reserva-se o direito de **revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la**, no todo ou em parte, por vício ou ilegalidade devidamente motivados, bem como de **adiar ou prorrogar** os prazos para recebimento e/ou abertura das propostas ou da documentação de habilitação, **sem que tais atos gerem direito à indenização ou ressarcimento** de qualquer natureza às licitantes.

**22.6** É facultado à Administração, em qualquer fase da licitação, desde que **não haja alteração da proposta**, adotar **medidas de saneamento** destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades formais na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo, nos termos da legislação vigente.

**22.7** Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta, poderá a Administração **consultar a licitante quanto à prorrogação da validade**, por igual período, sob pena de ser considerada **desistente** do certame.

**22.8** Para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Edital ou do Contrato dele decorrente, fica eleito o **foro da Comarca de Miranorte – TO**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**22.9** Em caso de divergência entre prazos, condições técnicas ou critérios operacionais previstos neste Edital e em seus Anexos, prevalecerão as disposições do Termo de Referência e do Projeto Básico, que integram o presente instrumento para todos os fins.

**22.10** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- a) **Anexo I** – Termo de Referência;
- b) **Anexo II** – Declaração de Conhecimento dos Locais, Condições de Execução, Pessoal Qualificado e Equipamentos;
- c) **Anexo III** – Carta de Apresentação da Proposta de Preços (modelo);
- d) **Anexo IV** – Quadro de Pessoal Técnico Qualificado (modelo);
- e) **Anexo V** – Demonstrativo da Habilitação Econômico-Financeira;
- f) **Anexo VI** – Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes;
- g) **Anexo VII** – Declaração de Retenção Tributária;
- h) **Anexo VIII** – Minuta do Contrato.

**BARROLÂNDIA - TO, 18 DE fevereiro DE 2026.**

**Keury Juliana Nunes da Silva**  
Secretária de Administração

## ANEXO I - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

### TERMO DE REFERÊNCIA – TR

**Órgão Demandante:** Fundo Municipal de Educação de Barrolândia – TO

**Unidade Requisitante:** Fundo Municipal de Educação de Barrolândia – TO **Processo Administrativo nº:** 177/2026

**Tipo de Contratação:** Obra de Engenharia

**Base Legal:** Lei nº 14.133/2021

#### 1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para **execução de obra de engenharia**, visando à **construção de banheiros públicos no Ginásio Municipal de Barrolândia – TO**, incluindo todos os serviços, materiais, equipamentos, mão de obra, encargos e demais insumos necessários, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento detalhado e demais peças técnicas que integram o processo.

#### 2. DA JUSTIFICATIVA

A contratação justifica-se pela necessidade de dotar o Ginásio Municipal de **infraestrutura sanitária adequada**, assegurando condições mínimas de higiene, salubridade, conforto e acessibilidade aos usuários, atletas, servidores e à população em geral.

A inexistência ou inadequação das instalações sanitárias compromete o uso regular do espaço público, a realização de eventos e o atendimento às normas técnicas e sanitárias vigentes, razão pela qual a execução da obra revela-se **essencial e de relevante interesse público**.

#### 3. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A obra compreenderá, entre outros, os seguintes serviços:

- Serviços preliminares, mobilização e administração da obra;
- Infraestrutura e superestrutura em concreto armado;
- Alvenaria, vedação, vergas e contravergas;
- Cobertura, forro e drenagem pluvial;
- Revestimentos de paredes e pisos;
- Instalações elétricas completas;
- Instalações hidrossanitárias completas;
- Implantação de sistema de esgotamento sanitário;
- Louças, metais sanitários e acessórios;
- Adequações de acessibilidade;
- Pintura interna e externa;
- Serviços finais e limpeza da obra.

Os serviços deverão ser executados **em conformidade com o projeto básico, orçamento detalhado, normas da ABNT, legislação sanitária, normas de acessibilidade e boas práticas de engenharia**.

#### 4. DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução adotado será o de **empreitada por preço global**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto possui escopo definido e orçamento previamente elaborado.

#### 5. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo máximo para execução da obra será de 90 (noventa) **dias corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado nas hipóteses legalmente admitidas.

#### 6. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação é de: **R\$ 298.322,77 (duzentos e noventa e oito mil, trezentos e vinte e dois reais e setenta e sete centavos)**, conforme orçamento detalhado elaborado com base nos bancos oficiais SINAPI, SBC, ORSE e SEINFRA, com aplicação de BDI de 25%.

#### 7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria, a ser indicada no momento da formalização do contrato, mediante emissão de empenho.

#### 8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, entre outras:

- Executar a obra conforme o projeto, memorial descritivo e normas técnicas;
- Disponibilizar responsável técnico legalmente habilitado;

- Fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários;
- Cumprir o cronograma físico-financeiro aprovado;
- Manter condições de segurança do trabalho no canteiro de obras;
- Corrigir, sem ônus adicional, quaisquer serviços executados em desacordo;
- Responsabilizar-se por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

#### **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Compete à CONTRATANTE:

- Acompanhar e fiscalizar a execução da obra;
- Designar gestor e fiscal do contrato;
- Efetuar os pagamentos conforme medições aprovadas;
- Fornecer as informações necessárias à execução do objeto.

#### **10. DA FISCALIZAÇÃO**

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada, com apoio de responsável técnico, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da obra.

#### **11. DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado **por medições**, conforme cronograma físico-financeiro, após atesto da fiscalização e apresentação da documentação fiscal regular.

#### **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual.

#### **13. DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

Considerando o valor estimado da obra, a contratação deverá observar a modalidade adequada prevista na Lei nº 14.133/2021, a ser definida pela autoridade competente, após análise jurídica e orçamentária.

#### **14. DISPOSIÇÕES FINAIS**

Integram este Termo de Referência, para todos os fins, o Projeto Básico, o Orçamento Detalhado, o Memorial Descritivo e demais peças técnicas constantes do processo administrativo.

Barrolândia -TO, 09 de fevereiro de 2026.

Elaborado por:

---

Angeslane Marinho De Brito Cardoso  
Secretária de Educação

Aprovado por:

---

João Machado Alves  
Gestor





**ANEXO II**  
(papel timbrado do licitante)

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LOCAIS/PESSOAL QUALIFICADO/EQUIPAMENTOS  
NECESSÁRIOS E CONDIÇÕES**

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

A empresa ....., portadora do CNPJ Nº....., participante da  
Concorrência Nº 001/2026, cujo objeto é ....., **DECLARA:**

- ✓ Que temos pleno conhecimento dos locais e das condições em que deverá ser executado os serviços objeto da concorrência, inclusive quanto as características físicas, das quantidades e especificidades dos serviços objeto desta licitação, reconhecendo ainda que tal circunstância retira-nos a possibilidade de qualquer alegação futura de necessidade de adequação de objeto e/ou recomposição (reequilíbrio, revisão ou repactuação) de preços quanto ao aqui declarado;
- ✓ Que foi dado acesso a instalações dos órgãos da prefeitura Municipal, bem como foram esclarecidas todas as questões por mim suscitadas, e também tenho pleno conhecimento do volume de trabalho e dos materiais/equipamentos necessários à execução dos serviços objeto desta concorrência, e não pronunciarei qualquer reclamação posterior de desconhecimento de detalhes técnicos e operacionais não detectados na visita técnica;
- ✓ Que possuímos pessoal capacitado, em quantidade suficiente e disponível para a execução do objeto da licitação acima referenciada, sob pena de responsabilização nos termos da Lei;
- ✓ Que possuímos os equipamentos necessários para execução da Obra/Serviço de que trata o objeto desta licitação e que estes estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso por ocasião de sua utilização.

Assim sendo, para fins que se fizer de direito, e por possuir poderes legais para tanto, assino a presente declaração.

Nome do município/UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Empresa licitante/CNPJ  
Assinatura do Representante Legal CPF  
do representante legal

**ANEXO III**  
(papel timbrado do licitante)

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

AO  
MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA – TO DE BARROLÂNDIA - TO

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

Seq	Código	Un	Quantidade	Especificação	Marca	Vlr. Unitário	Vlr. Total
1		SEV	1	Contratação de empresa especializada para <b>execução de obra de engenharia</b> , visando à <b>construção de banheiros públicos no Ginásio Municipal de Barrolândia – TO</b> , incluindo todos os serviços, materiais, equipamentos, mão de obra, encargos e demais insumos necessários, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento detalhado e demais peças técnicas que integram o processo.			
<b>VALOR TOTAL</b>							

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para execução dos serviços de .....

Nosso preço para execução dos serviços é de R\$. ...., conforme descrito em nosso orçamento, para execução em .....(.....) dias consecutivos, conformedescrito em nosso orçamento.

Declaramos que em nossa proposta estão incluídas todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, tributos, encargos sociais, ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de execuçãodos serviços, e ainda, as despesas relativas à mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação a Prefeitura Municipal.

Na execução dos serviços, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções do Órgão de Fiscalização da Prefeitura Municipal, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as especificações.

Informamos que o prazo de validade de nossa PROPOSTA DE PREÇOS É DE 90 (NOVENTA) dias corridos, a contar da abertura da licitação.

O Regime Tributário a que estamos sujeitos é o de .....(Lucro Real/Lucro Presumido).

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato de prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. ...., Carteira de Identidade Nº ....., expedida em .... / .... / ....., Órgão expedidor....., e CPF Nº ....., Fone: (...) ....., E-mail: .....como representante desta Empresa.



Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no edital da licitação e seus anexos.

Município, ..... de ..... de 2025

---

Empresa licitante/CNPJ Assinatura do  
Representante Legal  
CPF do representante legal



**ANEXO IV**  
(papel timbrado do licitante)

AO  
MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA - TO DE BARROLÂNDIA - TO

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

**QUADRO DE PESSOAL TÉCNICO QUALIFICADO (MODELO)**

<b>RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE/CNPJ:</b>			
<b>NOME</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO</b>	<b>TEMPO DE EXPERIÊNCIA</b>

Conforme consta no edital em tela, comprometemo-nos a exercer as atividades nos serviços objeto da licitação em referência.

....., .....de..... de 2024.

.....  
PROFISSIONAL (IS) CPF:

**ANEXO V**  
(papel timbrado do licitante)

AO  
MUNICÍPIO MUN. DE EDUCAÇÃO DE BARROLÂNDIA – TO

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

MODELO DEMONSTRATIVO DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO -FINANCEIRA		
OBRA	Nº DO EDITAL	EMPRESA LOTE PRAZO
AC=ATIVO CIRCULANTE		
RLP = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
PC= PASSIVO CIRCULANTE		
PNC=PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
AT = ATIVO TOTAL		
AC=		
RLP=		
PC=		
PNC=		
AT=		

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

\_\_\_\_\_  
CONTADOR DA EMPRESACPF:  
CRC:





## **ANEXO VI**

(papel timbrado do licitante)

### **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVINIENTES**

AO

MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA - TODE BARROLÂNDIA - TO

### **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

Prezados Senhores:

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, CNPJ No \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Atenciosamente,

Município, ..... de ..... de 2025.

\_\_\_\_\_  
Empresa licitante/CNPJ Assinatura do Representante Legal  
CPF do representante legal

**ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS**

**CONCORRÊNCIA Nº 001/2026 PROCESSO  
LICITATÓRIO Nº 177/2026**

\*Esta declaração deverá ser enviada juntamente com as NOTAS FISCAIS EMITIDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL conforme IN RFB 459/2004

Ilmo. Sr. *(autoridade a quem se dirige)*

*(Nome da empresa)*, com sede *(endereço completo)*, inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à *(nome da entidade pagadora)*, para fins de não incidência na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguradora Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) cumpre as obrigações acessórias a que sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº. 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº. 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

## ANEXO VIII

### MINUTA DO CONTRATO Nº

**TERMO DE CONTRATO, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA - TO E A EMPRESA "VENCEDORA DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2026", ATRAVÉS REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL PARA A XXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA DESCRITA A SEGUIR:**

#### **(PODERÁ SER MODIFICADO PARA MELHOR ADEQUAÇÃO AO INTERESSE PÚBLICO)**

O FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE BARROLÂNDIA, Estado do Tocantins, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o Nº 30.713.414/0001-29, com endereço à Rua Capitão Georgino Nº 1.753, Centro, Barrolândia, TO, neste ato representado por sua atual gestora a Senhora Angéslane Marinho de Brito Cardoso, brasileira, casada, portador do RG 419.074 2ª via SSP/TO e CPF nº. 986.341.861-72, residente e domiciliado em Barrolândia/TO doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026, Processo nº 177/2026, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, o Edital e seus anexos, mediante as cláusulas e condições a seguir.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO**

**1.1** O objeto do presente contrato é a Contratação de empresa especializada para **execução de obra de engenharia**, visando à **construção de banheiros públicos no Ginásio Municipal de Barrolândia – TO**, incluindo todos os serviços, materiais, equipamentos, mão de obra, encargos e demais insumos necessários, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento detalhado e demais peças técnicas que integram o processo. e na **proposta vencedora**.

**1.2** Este Contrato vincula-se ao Edital da Concorrência Eletrônica nº 001/2026 e seus anexos, bem como à proposta vencedora, **independentemente de transcrição**.

**1.3** A CONTRATADA executará a obra sob sua inteira responsabilidade técnica, operacional e trabalhista, ficando sujeita à fiscalização do CONTRATANTE, por meio da Secretaria Municipal competente, durante todas as fases da execução.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**2.1** A execução do objeto dar-se-á sob o regime de **empreitada por preço global**, nos termos do **art. 6º, inciso XXIX**, e do **art. 46, inciso V**, ambos da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO, DO REAJUSTAMENTO E DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.**

##### **3.1 Do valor**

**3.1.1** O valor total do contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**3.1.2** No valor acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, frete, seguros, administração, licenças e demais custos.

##### **3.2 Do reajuste e do reequilíbrio**

**3.2.1** O reajuste observará os critérios previstos no Edital e neste Contrato, bem como a legislação aplicável.

**3.2.2** O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser admitido nas hipóteses legalmente previstas, mediante processo administrativo próprio, com demonstração objetiva do nexo de causalidade, nos termos do art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021.

**3.2.3** Não ensejam reequilíbrio eventos previsíveis, variações inflacionárias ordinárias ou fatos já considerados na formulação da proposta, quando absorvíveis pelo risco do contratado.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.**

**4.1** O pagamento será realizado conforme **medições e cronograma físico-financeiro**, mediante atesto do gestor e fiscal do contrato.

**4.2** O pagamento ocorrerá no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados do atesto da nota fiscal/fatura regularmente apresentada.

**4.3** Havendo glosa, inconsistência ou necessidade de correção, a nota fiscal/fatura será devolvida e o prazo de pagamento contará a partir da reapresentação regular, sem ônus ao CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS MEDIÇÕES E DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

5.1 O pagamento será feito por medição, com base nos quantitativos apurados pela fiscalização, observados os projetos, especificações e planilhas contratuais.

5.2 As medições serão cumulativas e efetuadas sobre o total realizado no período. Eventos impugnados não serão considerados até a correção e aceite.

5.2.1 A remuneração de "Administração Local", quando prevista, será proporcional à execução financeira do contrato, observado o efetivamente executado e as planilhas contratuais.

5.3 A aceitabilidade da obra está condicionada à execução conforme projeto, memorial, normas técnicas aplicáveis, e ao atesto da fiscalização.

5.4 Alterações contratuais somente poderão ocorrer nas hipóteses e condições dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021, mediante motivação técnica, justificativa administrativa e formalização (termo aditivo ou apostila, conforme o caso).

5.5 A CONTRATADA declara ter examinado os projetos e documentos técnicos disponibilizados. Eventuais inconsistências, dúvidas ou omissões identificadas deverão ser comunicadas formalmente à fiscalização para orientação e adoção das medidas cabíveis, observadas as hipóteses legais de alteração e reequilíbrio.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO.**

**6.1** O CONTRATANTE designará **gestor** e **fiscal** do contrato, nos termos do **art. 117** da Lei nº 14.133/2021, que registrarão ocorrências, determinarão correções e atestarão medições.

**6.2** A fiscalização terá livre acesso ao local da obra e aos documentos necessários ao desempenho de suas atribuições.

**6.3** É vedado ao CONTRATANTE e a seu representante exercer poder de mando sobre empregados da CONTRATADA, devendo a comunicação ocorrer com o preposto e responsáveis indicados.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO OBJETO.**

**7.1** A vigência contratual terá início na data de assinatura e terá duração de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogada nas hipóteses legais, mediante formalização.

**7.2** O prazo de execução total do objeto será de **03(três) meses**, contado da emissão da **Ordem de Início**.

**7.3** A Ordem de Início será emitida em até **30 (trinta) dias** após a publicação do extrato do contrato, salvo motivo devidamente justificado nos autos.

**7.4** Ordens de paralisação e reinício, devidamente justificadas, suspendem e retomam a contagem do prazo de execução, com registro formal.

**7.5** A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, e cumprir as obrigações do **art. 92, XVI e XVII**, e do **art. 119**, da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA NATUREZA DA DESPESA**

8.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

<b>Funcional Programática</b>	<b>Natureza da Despesa</b>	<b>Fonte</b>
03.11.16.482.001.1.092	1.500/1.700	44.90.51

#### **CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

##### **9.1 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

9.1.1 A CONTRATADA prestará garantia de execução do contrato no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, sob uma das modalidades previstas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2 A garantia deverá manter-se válida durante todo o período de vigência do contrato, acrescido de 06 (seis) meses, cabendo à CONTRATADA promover sua renovação, reforço ou substituição sempre que necessário, de modo a assegurar a plena cobertura das obrigações assumidas.

##### **9.2 DA GARANTIA ADICIONAL**

9.2.1 Nos termos do art. 59, §5º, da Lei nº 14.133/2021, tendo a CONTRATADA apresentado proposta com valor inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida garantia adicional,

correspondente à diferença entre o valor orçado e o valor contratado.

9.2.2 A garantia adicional deverá ser prestada cumulativamente à garantia prevista no item 9.1, antes da assinatura do contrato, como condição para a sua formalização.

### **9.3 DAS MODALIDADES DE GARANTIA**

A garantia de execução contratual e a garantia adicional poderão ser prestadas, à escolha da CONTRATADA, sob uma das seguintes modalidades:

I – Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, conforme inciso I do §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021;

II – Fiança bancária, emitida por instituição financeira legalmente autorizada a funcionar no País, com cláusula de solidariedade e renúncia expressa aos benefícios de ordem;

III – Seguro-garantia, mediante apresentação de apólice emitida por seguradora devidamente autorizada pela SUSEP, em favor do Município de Barrolândia – TO, cobrindo, inclusive, os riscos de inadimplemento e rescisão contratual.

9.3.1 No caso de seguro-garantia, a Administração poderá verificar a autenticidade da apólice por meio do sistema eletrônico da SUSEP.

### **9.4 DA DEVOLUÇÃO DA GARANTIA**

9.4.1 A garantia prestada será restituída ou liberada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo do objeto, nos termos do art. 100 da Lei nº 14.133/2021, mediante requerimento da CONTRATADA.

### **9.5 DA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA**

9.5.1 Havendo prorrogação do prazo de execução ou da vigência contratual, a CONTRATADA deverá apresentar garantia atualizada, de modo a abranger o novo período contratual.

9.5.2 Ocorrendo acréscimo de valor contratual, a CONTRATADA deverá proceder ao reforço da garantia, no mesmo percentual originalmente exigido, por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo.

### **9.6 DO PRAZO PARA INTEGRALIZAÇÃO**

9.6.1 A garantia deverá ser integralizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da assinatura do contrato ou do termo aditivo que lhe der causa.

9.6.2 O atraso injustificado superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a rescisão contratual, nos termos do art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

### **9.7 DAS PENALIDADES RELATIVAS À GARANTIA**

9.7.1 A inobservância dos prazos para apresentação, renovação ou reforço da garantia poderá ensejar:

I – aplicação de multa, nos limites e critérios previstos neste contrato e na Lei nº 14.133/2021;

II – suspensão ou bloqueio de pagamentos devidos, até a regularização da garantia, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

9.7.2 A CONTRATADA poderá, a qualquer tempo, substituir eventual retenção ou bloqueio por uma das modalidades de garantia legalmente admitidas, sem prejuízo das sanções já aplicadas.

### **10.1 Obrigações da CONTRATADA**

10.1.1 Executar a obra conforme Edital, anexos, projetos, memorial descritivo, normas técnicas aplicáveis e orientações da fiscalização.

10.1.2 Manter responsável técnico habilitado com ART/RRT, quando aplicável, e cumprir normas de segurança do trabalho.

10.1.3 Fornecer mão de obra, materiais, equipamentos e tudo o mais necessário à execução, assumindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

10.1.4 Manter condições de habilitação e qualificação durante a execução.

10.1.5 Refazer, sem ônus, serviços rejeitados por execução inadequada ou materiais impróprios.

10.1.6 Proceder à limpeza final e desmobilização do canteiro ao término.

10.1.7 Obter licenças e autorizações necessárias, quando exigíveis.

10.1.8 Não interromper a execução por alegação de inadimplemento, salvo hipóteses legais.

### **10.2 Obrigações do CONTRATANTE**

10.2.1 Efetuar os pagamentos na forma do contrato.

10.2.2 Designar gestor e fiscal e acompanhar a execução.

10.2.3 Providenciar publicação do extrato no PNCP e meios oficiais, conforme lei.

10.2.4 Exercer fiscalização e exigir correções, sem dirigir diretamente empregados da CONTRATADA.



## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PLANEJAMENTO, PREPOSTO E RESPONSABILIDADE PÓS-RECEBIMENTO

11.1 O planejamento operacional, aquisições, logística, mão de obra, equipamentos e insumos são de responsabilidade da CONTRATADA.

11.2 A CONTRATADA manterá preposto e profissionais indicados na habilitação/proposta para interlocução com a fiscalização.

11.3 Sem prejuízo das responsabilidades legais (inclusive art. 140, §2º, da Lei nº 14.133/2021 e art. 618 do Código Civil), a CONTRATADA deverá corrigir defeitos apontados no período de garantia legal e contratual, conforme a natureza do vício e os prazos aplicáveis.

### 11.4. Das Infrações Administrativas

Constitui infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a prática, pelo contratado, das seguintes condutas:

I	–	dar	causa	à	inexecução	parcial	do	contrato;
II	–	dar	causa	à	inexecução	total	do	contrato;
III	–	deixar	de	entregar	a	documentação		exigida;
IV	–			apresentar		documentação		falsa;
V	–	ensejar		o	retardamento	da		execução;
VI	–	fraudar		a	execução	do		contrato;
VII	–		comportar-se		de	modo		inidôneo;
VIII	–		cometer			fraude		fiscal;
IX – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação.								

### 11.5. Das Sanções Aplicáveis

Pela prática das infrações administrativas poderão ser aplicadas, observada a proporcionalidade e a gravidade da conduta, as seguintes sanções:

I	–							advertência;
II	–							multa;
III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo máximo de 3 (três) anos;								
IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.								

### 11.6 Das Multas

#### 13.3.1 Multa Moratória

Pelo atraso injustificado na execução do objeto:

- Aplicar-se-á multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso,
- Incidente sobre o valor da parcela inadimplida,
- Limitada a 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

Ultrapassado o prazo de 20 (vinte) dias consecutivos de atraso, poderá a Administração:

✓		rescindir		o				contrato;
✓		aplicar		multa				compensatória;
✓ aplicar outras sanções cabíveis.								

### 11.7 Multa Compensatória – Inexecução Parcial

Nos casos de inexecução parcial:

- multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo contratual, conforme a extensão do dano.

### 11.8 Multa Compensatória – Inexecução Total

Nos casos de inexecução total:

- multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor global do contrato.

### 11.9 Dos Critérios de Dosimetria

Na aplicação das penalidades serão considerados:

I	–	a	natureza	e	a	gravidade	da	infração;
II	–	os	danos		causados		à	Administração;
III	–	as	circunstâncias		agravantes		ou	atenuantes;
IV	–				a			reincidência;
V	–	a	vantagem		auferida		pelo	contratado;
VI – a existência de programa de integridade, quando aplicável.								

### 11.10 Do Processo Administrativo

A aplicação das sanções observará:

- ✓
- ✓
- ✓ motivação ampla formal da contraditório; defesa; decisão;
- ✓ possibilidade de recurso administrativo;
- nos termos dos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

#### 11.11 Da Cumulação de Sanções

As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, quando cabível, e não excluem:

- ✓ a reparação integral dos danos;
  - ✓ a retenção de valores devidos;
  - ✓ a execução da garantia contratual.
- de processo administrativo com notificação, prazo de defesa, produção de provas e decisão motivada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO/RESCISÃO CONTRATUAL (REVISADA)

12.1 O contrato poderá ser extinto nas hipóteses e condições dos arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, mediante decisão motivada e assegurados contraditório e ampla defesa.

12.2 Na extinção por culpa da CONTRATADA, poderão ser aplicadas sanções, executadas garantias e adotadas medidas para continuidade do objeto, conforme lei.

12.3 A extinção amigável poderá ocorrer quando houver interesse público devidamente motivado, mediante termo próprio.

12.4 A extinção não impede reconhecimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando cabível, mediante **apuração e formalização na forma da lei**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS COMUNICAÇÕES, DEFESA E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO (SUBSTITUI “RECURSOS” DO TEXTO ANTIGO)

13.1 Todas as comunicações entre as partes serão feitas preferencialmente por meio formal (processo administrativo, sistema eletrônico, e-mail institucional indicado no contrato, ofício ou equivalente), com comprovação de recebimento.

13.2 Das decisões administrativas proferidas no âmbito da execução contratual que imponham sanções, glosas, determinações ou outras medidas restritivas, caberá à CONTRATADA apresentar manifestação/defesa e pedido de reconsideração, no prazo estabelecido na notificação ou, na omissão, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, assegurados contraditório e ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e normas municipais aplicáveis.

13.3 A interposição de defesa/pedido de reconsideração não terá efeito suspensivo automático, salvo quando a autoridade competente, motivadamente, concedê-lo para evitar dano irreparável ou de difícil reparação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO, RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

14.1 A execução será acompanhada por gestor e fiscal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, sendo o atesto condição para pagamento.

14.2 O recebimento do objeto ocorrerá:

- a) provisoriamente, mediante termo circunstanciado, em até 15 (quinze) dias da comunicação do contratado;
- b) definitivamente, por comissão designada, mediante termo circunstanciado, após prazo de observação/vistoria, em até 90 (noventa) dias do recebimento provisório.

14.3 O recebimento provisório/definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança (art. 618 do CC) e demais responsabilidades legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

15.1 As partes observarão a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), adotando medidas de segurança e boas práticas no tratamento de dados pessoais eventualmente envolvidos na execução contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL E GARANTIAS LEGAIS

16.1 A CONTRATADA responderá por vícios, defeitos e pela solidez e segurança da obra, na forma da legislação aplicável, inclusive art. 140, §2º, da Lei nº 14.133/2021 e art. 618 do Código Civil, sem prejuízo das demais garantias legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

17.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

17.2 O contratado deverá aceitar acréscimos ou supressões nas mesmas condições contratuais, dentro dos limites legais.

17.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por apostila, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS RETENÇÕES (QUANDO APLICÁVEL)

18.1 Em cumprimento ao art. 31 da Lei nº 8.212/91 e normas vigentes, o CONTRATANTE efetuará retenções previdenciárias quando cabíveis, exceto hipóteses legais (ex.: Simples Nacional, quando aplicável).

(Manter seus itens 21.2 a 21.4 com pequenos ajustes de português, se desejar.)

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO ISSQN (QUANDO APLICÁVEL)**

19.1 A CONTRATADA observará a legislação tributária municipal aplicável ao ISSQN, destacando o imposto quando devido, conforme o Código Tributário Municipal.

#### **CLÁUSULA VIGÉSSIMA – DA PUBLICAÇÃO E EFICÁCIA**

20.1 O CONTRATANTE providenciará a divulgação do contrato no PNCP, e a publicação do extrato nos meios oficiais, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO LIVRE ACESSO E CONTROLE**

21.1 A CONTRATADA deverá assegurar acesso a documentos e registros contábeis relacionados ao objeto, quando solicitado pela concedente, mandatária e órgãos de controle interno e externo, na forma da legislação aplicável e das exigências do convênio/programa.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS**

22.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE com base na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, observados os princípios da Administração Pública.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERÇA – DO FORO**

23.1 Fica eleito o foro da Comarca de Miranorte/TO (ou a comarca competente, se diversa), para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E ASSINATURAS**

24.1 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Contrato é firmado em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de testemunhas.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA MATRIZ DE RISCO**

**25.1.** Integra o presente contrato, para todos os fins de direito, a Matriz de Risco constante em anexo, elaborada nos termos do art. 22 e do art. 92, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, estabelecendo a alocação objetiva dos riscos decorrentes da execução da obra.

##### **25.2. Dos Riscos Alocados à CONTRATADA**

São de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, não ensejando reequilíbrio econômico-financeiro:

- I – erro na elaboração da proposta ou no dimensionamento de quantitativos;
- II – falhas na execução técnica da obra;
- III – aumento ordinário de preços de insumos;
- IV – encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais;
- V – subdimensionamento de custos indiretos ou BDI;
- VI – vícios construtivos;
- VII – danos a terceiros decorrentes de culpa ou dolo;
- VIII – baixa produtividade ou má gestão da obra.

##### **25.3. Dos Riscos Alocados à CONTRATANTE**

Poderão ensejar reequilíbrio econômico-financeiro:

- I – alteração unilateral do projeto básico ou executivo;
- II – erro ou omissão relevante no projeto fornecido;
- III – suspensão da obra por determinação administrativa;
- IV – atraso injustificado no repasse de recursos.

##### **25.4. Dos Riscos Compartilhados**

São considerados riscos compartilhados, passíveis de análise para eventual recomposição:

- I – caso fortuito ou força maior;
- II – eventos climáticos extraordinários fora da média histórica;
- III – interferências imprevistas no subsolo;
- IV – alterações legislativas de impacto imprevisível;
- V – aumento excepcional e imprevisível de insumos essenciais.

##### **25.5. Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro**

O reequilíbrio somente será admitido quando:

- I – comprovado fato superveniente imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis;
- II – inexistente culpa da parte requerente;
- III – demonstrado impacto financeiro direto e mensurável;



IV – o risco não esteja expressamente alocado como exclusivo da CONTRATADA.

Parágrafo único. O reequilíbrio será formalizado por termo aditivo, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**25.6. Da Distinção entre Reajuste e Reequilíbrio**

O reajuste anual previsto neste contrato, com base no INCC, será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, não se confundindo com o reequilíbrio econômico-financeiro.

**25.7. Da Vedação à Cumulação Indevida**

Não será admitida a cumulação de reajuste e reequilíbrio para o mesmo fato gerador ou período de execução.

**25.8. Da Prevalência**

Em caso de conflito interpretativo, prevalecerão as disposições específicas da Matriz de Risco sobre cláusulas genéricas relativas à alocação de responsabilidades.

CONTRATADA

CONTRATANTE

Testemunhas:

.....

CPF:

.....

CPF: